

Sociologia: diagnóstico, desafios e recomendações de políticas

Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS)
Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)
Celi Scaloni¹, Fabiano Guilherme M. Santos²

1. Breve diagnóstico sobre a situação brasileira e internacional nessa área

Tanto no Brasil quanto no exterior, tem havido crescimento expressivo do número de pesquisadores e de programas de pós-graduação, acompanhando a institucionalização das Ciências Sociais em seu conjunto, assim como sua maior exposição à mídia e inserção no ensino básico, por meio da Lei nº 11.684, de 2008, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e estabelece a obrigatoriedade da Sociologia nos três anos do ensino médio em todas as escolas brasileiras.

É importante notar o incremento da interlocução com o poder público, *pari passu* à diversificação de editais visando à profissionalização, o que tem resultado na ampliação do mercado de trabalho (órgãos públicos e ONGs).

Deve-se destacar, no caso brasileiro, como indicado nos quadros abaixo, que a distribuição regional de programas de pós-graduações e, conseqüentemente, dos cientistas sociais ainda é muito desigual. Há forte concentração na região Sudeste, seguida das regiões Sul e Nordeste.

¹ Professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia.

² Professor e pesquisador do IUPERJ.

Área (área de avaliação)	Programas e Cursos de pós-graduação					Totais de Cursos de pós-graduação			
	Total	M	D	F	M/D	Total	M	D	F
Antropologia(Antropologia/Arqueologia)	20	6	0	1	13	33	19	13	1
Arqueologia(Antropologia/Arqueologia)	2	1	0	0	1	3	2	1	0
Ciência Política (Ciência Política e Relações Internacionais)	27	12	0	2	13	40	25	13	2
Sociologia (Sociologia)	47	13	2	2	30	77	43	32	2
Brasil:	96	32	2	5	57	153	89	59	5

Data atualização: 03/02/2010

Região	Programas e Cursos de pós-graduação					Totais de Cursos de pós-graduação			
	Total	M	D	F	M/D	Total	M	D	F
Centro-Oeste	213	102	3	19	89	302	191	92	19
Nordeste	532	280	16	42	194	726	474	210	42
Norte	134	83	3	7	41	175	124	44	7
Sudeste	1.430	403	21	148	858	2.288	1.261	879	148
Sul	590	241	6	59	284	874	525	290	59
Brasil:	2.899	1.109	49	275	1.466	4.365	2.575	1.515	275

Data atualização: 03/02/2010

Cursos: M – Mestrado Acadêmico; D – Doutorado; F – Mestrado Profissional

Programas: M/D – Mestrado Acadêmico/Doutorado

2. Principais desafios para o Brasil

Podemos enumerar como primeiro conjunto de desafios:

1. Maior inserção da Sociologia brasileira no novo cenário internacional;
2. Descentralização regional da produção e formação;
3. Enfrentamento dos temas contemporâneos: mudanças tecnológicas e sociais;

4. Perspectivas da pesquisa comparada, especificamente a questão da contribuição das análises sobre desenvolvimento social sustentável e estudos de países não centrais;
5. Superação dos problemas relacionados à violência, à questão ecológica (degradação ambiental e patrimônio biodiverso), pobreza e populações vulneráveis;
6. Estabelecimento de metodologias e quadros conceituais unificados para análise da segregação urbana e governança metropolitana;
7. Estabelecimento de análises e avaliações de gestão e políticas públicas;

Um segundo conjunto de desafios relaciona-se ao tema da relevância para os impactos na sociedade, advindos da produção científica na Sociologia:

1. Impacto da área na formação de pessoal e interação com outras áreas do conhecimento, tais como técnicos de gestão, administração pública e avaliação de programas e políticas sociais;
2. Ensino básico de Sociologia, além da própria questão da educação pública de qualidade e formação continuada de professores;
3. Interação com a área de saúde, alguns ramos das ciências tecnológicas (urbanismo, ecologia) e todas as demais disciplinas das humanidades;
4. Impacto na economia, em especial seu papel na elevação das condições de vida e trabalho da população, com vistas à ampliação do mercado consumidor, a incorporação de capitais estrangeiros e aumento da produção de bens e serviços;
5. Impacto em termos de inclusão social, identificando mecanismos de produção e reprodução de desigualdade e exclusão; desenvolvimento de políticas de fortalecimento da participação, associativismo e cidadania.

3. Recomendações

1. Recomendações quanto à infraestrutura: o principal item é a ampliação do número de bibliotecas, com acervo diversificado, internacional e acesso a periódicos nacionais e estrangeiros;
2. Recursos para pesquisa quanti & quali (equipamentos, *softwares*, multimídia);

3. Fortalecimento do diálogo com o poder público, no sentido de informar políticas de inclusão e desenvolvimento social, elevar a qualidade de vida da população e possibilitar a participação mais ativa da população nas metrópoles;
4. Para aumentar a presença da produção brasileira na área, é importante incentivar a participação de pesquisadores em eventos internacionais e a publicação em periódicos estrangeiros;
5. Descentralização dos investimentos e distribuição de recursos aplicados à pesquisa, ensino e extensão na área de Ciências Sociais;
6. Elaboração de uma política específica para apoiar o desenvolvimento de infraestrutura própria para as Ciências Sociais e as humanidades como um todo, o que envolveria investimentos em patrimônio, memória, conservação, além de uma política de acesso a informações e dados de pesquisas quantitativas e qualitativas;
7. Constituição de alguns bancos de dados e de informações documentais e qualitativas que sirvam à pesquisa nas áreas das Ciências Humanas.